



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

**Eixo temático: Política Social e Serviço Social**

**Sub-eixo: Fundo Público e Orçamento das Políticas Sociais**

## **A CULTURA COMO INDICADOR SOCIAL: IMPACTOS DAS POLÍTICAS CULTURAIS SOBRE A POPULAÇÃO NEGRA NO BRASIL (2016-2022)**

**THYAGO MARTINS DE FARIAS<sup>1</sup>**

**BRUNA EVELYN BITENCOURT DE LIMA<sup>2</sup>**

### **RESUMO:**

Objetiva-se com este artigo, refletir sobre o caráter e as estratégias ultraneoliberais de destruição das políticas culturais e os impactos sobre a população negra. Os procedimentos metodológicos foram a revisão bibliográfica, análise documental e dos dados orçamentários da plataforma SIGA Brasil.

**Palavras-chave:** Cultura; Racismo; Genocídio Negro; Questão Social; Orçamento Público.

### **ABSTRACT:**

The objective of this article is to reflect on the ultra neoliberal character and strategies of destruction of cultural policies and their impacts on the Black population. The methodological procedures included literature review, document analysis, and budgetary data from the SIGA Brasil platform.

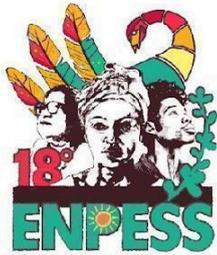
**Keywords:** Culture; Racism; Black Genocide; Social issues; Public budget.

## **INTRODUÇÃO**

Podemos encontrar a seguinte definição de cultura ao abrirmos um dicionário de língua portuguesa: “O complexo dos padrões de comportamento, das crenças, das instituições, das manifestações intelectuais, etc., transmitidos coletivamente e típicos de uma sociedade”

<sup>1</sup> Universidade do Estado do Rio de Janeiro

<sup>2</sup> Universidade do Estado do Rio de Janeiro



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

(Ferreira, 2010).

É interessante o uso da palavra “complexo”, uma vez que essa pode remeter-nos à definição de cultura em Lukács; compreendida “como um fenômeno social que está inserido numa sociedade complexa composta de complexos” (Silva, 2007, p.5).

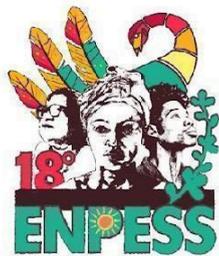
[...] o conceito de cultura (em oposição a civilização [Zivilisation]) compreende o conjunto das atividades e dos produtos dotados de valor que são supérfluos em relação ao sustento imediato. Por exemplo, a beleza interna de uma casa pertence ao conceito de cultura; não sua solidez, nem sua calefação, etc. Se então nos perguntamos: em que consiste a possibilidade social da cultura? devemos responder que ela é oferecida pela sociedade na qual as necessidades primárias foram satisfeitas de tal maneira que não se requer um trabalho tão pesado que esgote por completo as forças vitais, isto é, onde existem energias disponíveis para a cultura (Lukács, 1978, n.p).

Sendo assim, a cultura pode ser compreendida como atividade humana análoga ao trabalho, categoria fundante do ser social e que, contudo, depende do desenvolvimento desse para conseguir autonomia, é social e historicamente determinada (Silva, 2007). Desse modo, inseridos no contexto societário, somos todos produtores e reprodutores da cultura.

Ademais, de acordo com Félix e Fernandes (2007) as políticas culturais podem ser compreendidas enquanto formulações e propostas elaboradas pelo Estado, organizações não-governamentais e empresas privadas objetivando intervir na sociedade através da cultura. A partir da impossibilidade de dissociar cultura e política, podemos empreender, inclusive, uma dimensão na qual busca-se obter o consenso pretendendo-se manter uma ordem societária ou a transformação social. Por fim, as políticas culturais envolvem a promoção, produção, distribuição e preservação.

Percebemos, portanto, a importância e centralidade da política pública voltada à cultura. Trata-se de um âmbito no qual é possível trabalhar a memória e consciência. Para Gonzalez (2020, p.78), a primeira é o “lugar de inscrições que restituem uma história que não foi escrita, o lugar da emergência da verdade”. Por outro lado, a consciência, quando expressa no discurso dominante, implica na alienação, no encobrimento, e os efeitos disso para a cultura resultam no “ocultamento da memória, mediante do que ela, consciência, afirma como a verdade” (Gonzalez, 2020, p.79; grifo da autora). Entre ambas está estabelecida uma relação dialética, enquanto uma oculta, a outra busca revelar.

Não à toa, na história recente do país, tivemos manifestações contra o resgate, reconhecimento e valorização de grandes personalidades negras da história brasileira: o filme “Marighella”, dirigido por Wagner Moura, o qual busca retratar a luta do revolucionário contra a nefasta ditadura civil-militar (1964-1985), teve sua estreia no Brasil postergada em uma nítida



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

movimentação de censura adotada pelo Governo Bolsonaro, fato admitido no *Twitter* pelo então secretário Especial de Cultura, Mario Farias, que atuou para que não houvesse o financiamento ao filme (Medeiros, 2021).

Já na primeira metade de 2024, o comandante da Marinha, almirante Marcos Olsen, manifestou-se publicamente contra a inclusão de João Cândido, o Almirante Negro, no “Livro de Heróis e Heroínas da Pátria”. Declarou que o líder da Revolta da Chibata (1910), não se trata de um exemplo de heroísmo, uma vez que se posicionou contra a hierarquia e disciplina da instituição utilizando-se de métodos violentos, inclusive, usando armamento confiado pelo Estado aos marinheiros revoltosos (Carta Capital, 2024; Godoy, 2024).

Neste sentido, podemos nos indagar, assim, como Lélia Gonzalez (2020, p.75): “Cumé que a gente fica?”; “cumé” que fica a disputa em torno das políticas culturais no Brasil? Qual o protagonismo da população negra na elaboração dessas políticas? No que concerne ao orçamento público da área, como este tem sido destinado à população negra, essa que é mais da metade dos brasileiros?

Com o avanço do conservadorismo e da extrema direita, temos um cenário no qual expressões e produções culturais que, de alguma forma, abalam as estruturas racistas, sexistas, LGBTQIA+fóbicas, são atacadas, desmoralizadas e perseguidas. Tudo isso ocorre em um contexto no qual crescem, ano a ano, as violências, o encarceramento e o assassinato desses grupos, concomitante, a luta e resistência desses em preservar, resgatar suas histórias e trajetórias sem que seja em uma perspectiva identitária.

Sendo assim, o presente artigo objetiva tratar a cultura como um indicador social e, também, interveniente sobre as expressões da questão social, mostrando os impactos sobre a população negra. Para além disso, buscamos localizar a situação orçamentária da política voltada para a área no período de 2016 a 2022, ou seja, pretendemos refletir sobre o caráter e as estratégias neoliberais adotadas para a destruição das políticas culturais.

Para isso, os procedimentos metodológicos adotados foram a revisão bibliográfica, a análise documental de reportagens *online*, bem como a sistematização dos dados orçamentários retirados da plataforma SIGA Brasil (Senado Federal | Consultoria de Orçamentos | Prodasen), deflacionados a base IPCA, a preços de junho de 2024.

Ademais, organizamos o texto de modo que primeiro, trazemos a discussão teórica na qual vinculamos o racismo, a cultura e o ultraneoliberalismo. Além disso, em caráter exploratório, buscamos vincular esse debate com a política de segurança pública, concomitante aos dados alarmantes sobre a violência contra a população negra. Por fim, trazemos o desmonte e



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

desfinanciamento da função cultura no âmbito do Orçamento Geral da União (OGU) no período de 2016 a 2022, a instrumentalização e as movimentações na pasta como forma de desarticular o resgate da memória da história brasileira que, também, é negra.

## **Racismo, cultura e ultraneoliberalismo**

Pensar o que seria uma cultura “propriamente” brasileira implica reconhecer a diversidade que nos é apresentada nos modos de ser e viver da população. Essa multiplicidade é, inclusive, resultado de quase quatro séculos de colonização e escravização. Não se trata, pois, de um processo exclusivamente passivo e pacífico. Pelo contrário, é marcado por lutas, rebeliões, revoltas, insurreições (Moura, 2020).

Quando nos referimos aos elementos identificados como negros e indígenas que conformam a cultura brasileira temos um panorama de negação e apagamento das contribuições culturais, políticas e econômicas dessas populações. É interessante notar, também, que nos casos nos quais há o reconhecimento, esse é, muitas vezes, vinculado à uma perspectiva na qual reforça-se o mito da democracia racial (Gonzalez, 2020).

Em um discurso ufanista, orgulha-se da cultura que é a “mistura” das “três raças” que constituem a formação sócio-histórica brasileira: negros, brancos e pardos, que a partir de uma convivência harmônica possibilitaram a existência de uma cultura tão diversa e bela, motivo de muito orgulho para o povo brasileiro<sup>3</sup>.

Nesse sentido, é expressão do mito da igualdade racial a seguinte fala presidencial recente: “Somos negros, brancos, pardos porque somos resultado de uma mistura de indígenas, negros e europeus. Temos que aproveitar a nossa miscigenação. Somos bonitos pretos, pardos, brancos, nascemos de uma mistura exuberante dos seres humanos”, disse o presidente Lula no evento de assinatura da lei que criou o Sistema Nacional de Cultura (SNC)<sup>4</sup>

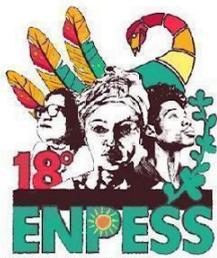
em abril de 2024 (Instituto Lula, 2024).

Consequente Lélia Gonzalez (2020), pensar a cultura brasileira é reconhecer que essa trata-se

---

<sup>3</sup> A partir do discurso governamental historicamente propagandeado, pode-se afirmar que se instituiu uma cultura na qual o mito da democracia racial é o elemento fundante que caracteriza a população e as relações sociais do Brasil. Tal discurso é benéfico na medida em que se nega o racismo, além disso, coloca barreiras para a construção de políticas públicas que preconizam a igualdade social e racial.

<sup>4</sup> Foi anunciado pelo governo como o “SUS da Cultura” objetiva organizar “a gestão cultural entre municípios, estados e União, com garantia de recursos para o fomento à produção cultural e a democratização do acesso aos bens culturais em todo o país” (Instituto Lula, 2024).



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

mais de modos de ser e viver permeados por determinantes ameríndios e amefricanos<sup>5</sup>. Busca-se, na realidade, negar que esses nos pertençam culturalmente ou trata-se de branqueá-los em busca de uma pureza e “modernidade” (que é capitalista), que tem como modelo de referência uma Europa e Estados Unidos brancos e heterocismomartivos.

Podemos, inclusive, apontar que este comportamento de negação e branqueamento das contribuições indígenas e negras caracteriza-se, em última instância, por preconizar o extermínio daquilo que a sociedade brasileira não quer que lhe pertença e, isso, obviamente, inclui os modos de ser e viver da cultura identificada como negra.

O genocídio da população negra caracteriza-se por estratégias e políticas adotadas pelo Estado brasileiro que conformam um quadro no qual ocorre o apagamento, a morte, o assassinato e o branqueamento dela em todas as dimensões do viver e ser desse grupo (Nascimento, 2016). Sendo assim, a cultura que é compreendida enquanto negra foi (e é) alvo de políticas que buscam exterminá-la, apagá-la, bem como a branquear. São exemplos disso, a criminalização e perseguição à capoeira, ao samba, aos bailes funks, aos “rolezinhos”, aos bailes soul, às religiões afro-brasileiras, ao rap, ao cabelo crespo.

Por outro lado, o movimento negro busca (re)afirmar e valorizar a identidade negra, história, memória e resistência. Temos um quadro no qual, enquanto o Estado brasileiro preconiza e defende o discurso da democracia racial, a organização da população negra tenciona o governo brasileiro a reconhecer a desigualdade racial, propondo políticas públicas que, dentro dos limites capitalistas, amenizem o abismo que separam brancos e negros (Silva, 2019).

Conforme Silva (2019), é somente em um ambiente de luta de classes e suas frações que é possível pensar as políticas públicas voltadas para a igualdade racial. Os avanços decorrentes da mobilização dos movimentos negros são expressivos e materializaram-se em políticas públicas, demandando a destinação de recursos do orçamento público para a área.

Lista-se, no Brasil, algumas das iniciativas do Estado brasileiro: o artigo 215, inciso 1, da Constituição Federal de 1998, que determina a proteção do Estado às manifestações culturais indígenas e afro-brasileiras; a Lei nº 11.645/08, que modificou a lei das diretrizes e bases da educação nacional, para que incluísse no ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”; o Decreto nº 4.886, de novembro de 2003, que criou a

---

<sup>5</sup> A amefricanidade é uma categoria político-cultural que identifica as experiências em comum e resgata, portanto, uma “unidade específica” no qual o sistema de dominação é o mesmo, ou seja, o racismo: “a América, enquanto sistema etnográfico de referência, é uma criação nossa e de nossos antepassados no continente em que vivemos, inspirados em modelos africanos. [...] o termo amefricanas/amefricanos designa toda uma descendência: não só a dos africanos trazidos pelo tráfico negreiro como a daqueles que chegaram à AMÉRICA muito antes de Colombo” (Gonzalez, 2020, p. 135).

Política Nacional de Igualdade Racial (Silva, 2019).

Com o “objetivo principal de reduzir as desigualdades raciais no Brasil, com ênfase na população negra”. Sendo inserida no periódico Políticas Públicas: acompanhamento e análise do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA como área de acompanhamento de políticas e programas governamentais. Da edição nº 7(2003) até o nº 24 (2016) a Igualdade racial aparece com as demais políticas, porém no nº 25 (2017) foi suprimida, bem como as informações sobre Execução Orçamentária dos Programas por Órgãos Selecionados que oportuniza a pesquisa sobre a qualidade do investimento público para efetivação da política (Silva, 2019, p. 15-16).

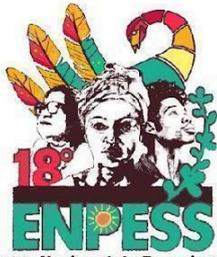
Ainda em 2003, a criação da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, “centralizou a formulação, coordenação e articulação de políticas e diretrizes para a promoção da igualdade racial” (Silva, 2019, p. 16). Destaca-se, contudo, que tais políticas de promoção da igualdade racial no âmbito cultural são instituídas já dentro dos marcos da ideologia neoliberal, ou seja, a racionalidade “impele para uma organização dos recursos que reduz significativamente o financiamento das políticas públicas de Estado para as populações pobres, que são majoritariamente negras” (Silva, 2019, p. 9).

Em um contexto ultraneoliberal, observa-se o aprofundamento das desigualdades, bem como da face coercitiva e penal do Estado no qual os indicadores sobre violência são implacáveis em desmistificar o mito da democracia racial. Há, sim, um alvo-cor e ele é negro.

De acordo com o Atlas da Violência (2023), apesar de a taxa de homicídios estar em uma tendência de queda desde 2017, ainda assim, a população negra lidera o *ranking* na série histórica de 2011 a 2021. A taxa é de 31 homicídios por 100 mil habitantes tratando-se de pessoas negras, enquanto a de não-negros é de 10,8 por 100 mil habitantes. O mesmo ocorre em relação às mulheres negras, que representaram “67,4% do total de mulheres assassinadas naquele ano [2021] e uma taxa de aproximadamente 4,3 mulheres negras mortas para cada 100 mil. Entre as mulheres não negras, esta taxa foi de 2,4 por 100 mil, número quase 45% menor” (Cerqueira; Bueno, 2023, p. 47; grifo dos autores).

Temos ainda o dado alarmante divulgado pelo Atlas da Violência de 2024. No ano de 2023, a população encarcerada do país chegou ao total de 852.010 pessoas, e destaca-se que 1 a cada 4 presos ainda não foi julgado. Obviamente, de acordo com a lógica racista que estrutura o modo de produção capitalista e, conseqüentemente, o país, a maioria dos presos são negros: “Em 2023, 69,1% dos encarcerados são negros, seguidos por 29,7% de brancos. Para amarelos e indígenas os percentuais foram, respectivamente, de 1% e 0,2%” (Brandão, 2024, p.360).

Nesse contexto, a junção entre conservadorismo e avanço da extrema direita, em especial, sob a figura do neofascismo, e o ultraneoliberalismo é especialmente danosa para as



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

pessoas negras e suas conseqüentes expressões culturais; há o privilegiamento de políticas repressivas e punitivas em detrimento da segurança social. Mais: a face penal e assistencial do Estado são indissociáveis (Wacquant, 2001).

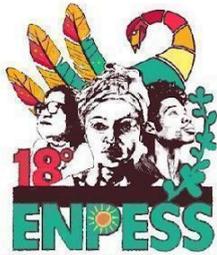
Estamos impossibilitados de dissociar o debate da cultura do de violência, especialmente no Brasil, país que é formado e constituído a partir da violência contra indígenas e negros. Não seria exagero apontar que a ideia moderna do Brasil enquanto nação, também, é formada partindo-se de políticas públicas genocidas e, portanto, violentas, tendo se como alvo especial a cultura identificada como afro-brasileira (Nascimento, 2016). A cultura, inclusive, será utilizada como uma das justificativas da colaboração do Ministério da Cultura (MinC) e do Ministério da Justiça: a cultura validando a política de segurança pública e vice e versa (Gawryszewski, 2009). O Programa de Nacional de Segurança Pública com Cidadania (Pronasci), Lei nº 11.530/07, objetiva articular as políticas de redução, controle e prevenção da criminalidade, concomitante ao estabelecimento de políticas sociais e proteção às vítimas. Alfredo Manevy, na época secretário Executivo do MinC declarou:

o Pronasci, lançado há dois, três meses atrás, é um programa inovador porque conjuga ações de segurança e polícia com ações sociais de cidadania. Estão planejados 384 pontos de cultura que são apoios para aqueles grupos na comunidade, grupos culturais, ONGs que desenvolveram técnicas e tecnologias de pacificação, de mediação de conflito por meio da cultura (Brasil/MinC, 2007 apud Gawryszewski, 2009, n.p).

Pacificar, sabe-se bem, é uma prática colonial que conjuga repressão e técnicas de tutela (Rodrigues; Maciel; Mendonça, 2021). A combinação de ações de política de segurança com as sociais de cidadania, partindo-se do planejamento de levar “pontos de cultura”, implica no entendimento, no planejamento desta política, de que o Estado brasileiro, finalmente, levará a civilidade àqueles sem cultura, que somente têm acesso à polícia, em excursões que resultam em chacinas, morte da população negra.

### **Dados orçamentários da cultura e a violência no período de 2016 a 2022**

Quando tratamos de orçamento público, estamos falando de um objeto eminentemente político, que distribui grandes massas monetárias – em 2023 por exemplo, o orçamento brasileiro sem o refinanciamento da dívida pública foi na ordem de R\$ 3,6 trilhões (SIGA BRASIL, 2024) – e, dependendo de onde os recursos são alocados, pode ou não colaborar diretamente com o desenvolvimento social e econômico. Assim, requer escolhas



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

políticas, e essas dependem, também, da organização e pressão da sociedade, o que contraria muitas vezes os interesses de grupos e setores poderosos.

A partir de 2016 as disputas do fundo público se tornam ainda mais severas diante dos ataques neoliberais. Neste momento, se trata de um estágio avançado e devastador das estratégias neoliberais de desmonte de políticas públicas. Segundo Behring (2020) se aponta um momento mais dramático para os trabalhadores(as), como uma saga ortodoxa e destrutiva: o ultraliberalismo. Tudo isso se espelha na vida da população que mais sofre na disputa do orçamento público.

Ao assumir sua forma “ultra”, como adjetivo, o neoliberalismo entra em nova rodada de aprofundamento de seus pressupostos apoiado em formas exponenciais de bonapartismo nos regimes democráticos liberais e seus governos (DEMIER, 2019), de expropriação de bens comuns, exploração do trabalho e apropriação extraeconômica de trabalho necessário e de criação de capitais fictícios ampliando uma crise sistêmica multifacética que coloca em risco a sobrevivência da humanidade. (Cislaghi, 2021, p.17)

A função orçamentária cultura foi uma das que mais sofreu nesse período, de forma mais expressiva no período de 2019 a 2022, que tínhamos um governo que asfixiou - pela via orçamentária - esta política, para além dos frequentes ataques verbais e *fake news* a respeito de quem vivia e produzia a cultura. Mesmo sendo um cenário mais latente, na realidade, desde 2016 a Cultura é desprezada, em meio à uma crise sistêmica, de ajuste fiscal permanente, sendo uma das políticas mais sucateadas pelas ações ultraneoliberais.

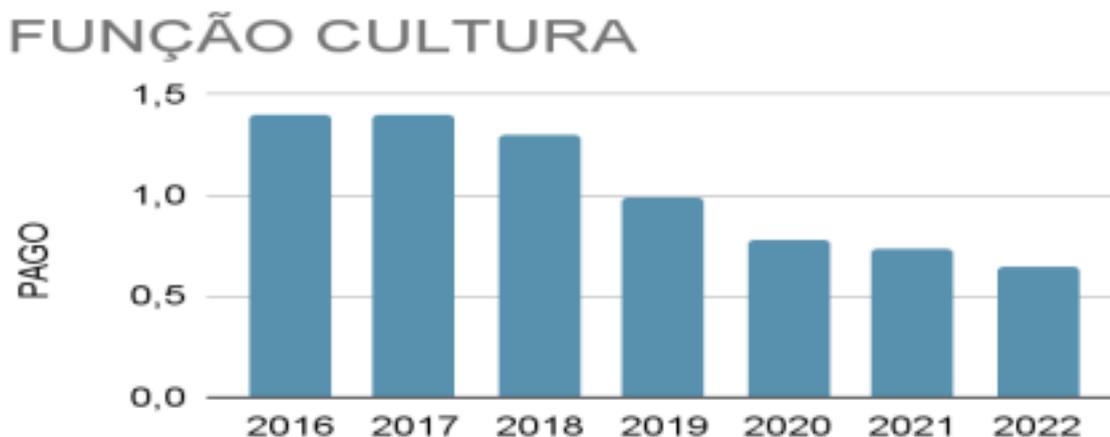
Evidenciando isso em dados, em 2016, o orçamento efetivo da cultura, ou seja, o valor pago foi de R\$1,4 bilhão. Esse número é baixíssimo comparado à parcela orçamentária repassada ao pagamento de juros, encargos e amortizações da dívida pública, por exemplo. Quando comparamos o orçamento da cultura ao despendido em outras funções, no período de 2016 a 2022, temos um cenário ainda mais devastador no qual essa ocupa a 25ª posição de 28, ficando na frente somente dos gastos com saneamento, desporto e lazer e habitação.

O que vamos observar na função cultura é uma tendência de queda constante nos anos que se seguem, iniciando-se a partir do ano de 2018, ano da eleição do ex-presidente Jair Bolsonaro, eleito com base na difusão de *fake news* e conservadorismo, com o que o orçamento da cultura começa a diminuir expressivamente. Estão abertas as portas para o desastre que vai se instaurar para a área. Neste ano a participação foi em torno de R\$1,3 bilhão.

Em 2019 é notável a primeira grande queda do orçamento, pois o que já era baixo cai mais ainda, indo para R\$986 milhões. No ano de 2020 sob uma crise sanitária de nível mundial o desmonte é certo, o efetivo foi de R\$784 milhões. Em 2021, a participação efetiva

da cultura no orçamento geral da união foi de R\$736 milhões. Finalmente, em 2022, chega ao fim o governo ultraneoliberal e de caráter neofascista, deixando a cultura asfixiada com um efetivo de R\$ 651 milhões. Vejamos isso no gráfico que segue:

**Gráfico 1** Função Cultura no OGU (2016 a 2022)



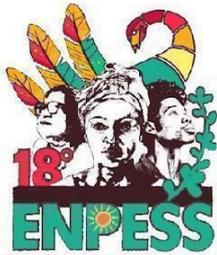
**Fonte:** Siga Brasil, Elaboração Própria. Dados deflacionados pelo IPCA. Pago (2016-2022).

Desta forma é possível compreender como a cultura foi tratada desde 2016 a 2022, assim como, em especial, observar o que o bolsonarismo fez com essa política. O bolsonarismo põe em marcha, ao fim e ao cabo, o projeto de desfinanciamento que já vinha sendo moldado.

Não é por acaso que um dos seus primeiros atos realizados foi a extinção do Ministério da Cultura (MinC). O caráter desse governo é de fato expressivo daquilo que há de pior. E isso foi notório ainda mais na pandemia de Covid 19. Segundo Mattos (2022), o evento pandêmico confirmou tragicamente a lógica extremista do bolsonarismo. Essa lógica agrava também a militarização do Estado e o armamento da milícia da extrema direita no país. Tudo isso aponta para um Estado que asfixia o social e o público, com as políticas ultraneoliberais e as restrições das liberdades democráticas que são reflexo do neofascismo desse desgoverno.

No contexto atual, esse amálgama envolve dimensões requentadas de um nacionalismo xenófobo, reciclagens do anticomunismo, além de fortes componentes racistas, misóginos e LGBTfóbicos (na versão do combate à «ideologia de gênero»), combinando-se com o fundamentalismo de novas «teologias» profundamente reacionárias e reivindicando as soluções violentas para todas as novas manifestações da velha «questão social!» (Mattos, 2022, p.31).

A cultura acaba sendo vitrine e espelho das posturas morais que subsidiam o apoio popular ao governo, afirmando-se como cenário da batalha (Dias, 2021). A lógica ultraneoliberal



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

produz:

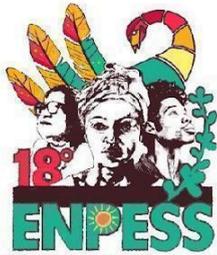
[...] um apagamento nas possibilidades de participação popular nas políticas públicas e não satisfeitas concessões no campo econômico, com grandes implicações sociais. A atuação na cultura obedece a estes mesmos interesses. As modificações no campo cultural operadas pelo bolsonarismo têm efeito de superfície, já que a dimensão estrutural segue sustentada, num processo que tende a se acelerar, pela manutenção da desigualdade, pela financeirização das terras e pelo benefício continuado de grandes corporações e seus donos” (Dias, 2021, p. 267).

Diante do apresentado, é possível compreender a lógica de extermínio da diferença, lado a lado do avanço predatório do capital. Aqui retorna-se ao ideal bolsonarista, reflexo de uma política ultraneoliberal e de caráter neofascista. Mesmo que o orçamento federal da cultura comece a diminuir em 2014, haja vista a crise econômica, é a partir de 2016, que esse desmonte se agrava, também motivado pela Emenda Constitucional N. 95.

O governo Bolsonaro, na sequência, ataca a cultura verbalmente e, na prática, asfixia o orçamento público voltado para a área. Não bastou a extinção do Ministério da Cultura, e sua redução a uma secretaria, com alternância de dirigentes sem qualificação técnica para as responsabilidades que o cargo exige. Nem mesmo bastou as agressões a artistas, produtores culturais e aos povos originários. O desgoverno desmantelou políticas, programas e projetos culturais que foram inaugurados em todo governo petista (2003-2016).

A exemplo dos programas desmantelados, a partir da análise no Siga Brasil, é possível observar que, de 2016 adiante, houve algumas mudanças que expressam as jogadas políticas das autoridades da época. A que mais faz jus às nossas afirmações, é a extinção do Programa de Proteção e Promoção dos Direitos dos Povos Indígenas. É passível de análise que esse programa já recebia um orçamento pífio, que era na ordem de R\$6 milhões de reais no ano de 2016. No entanto, em 2020 esse programa é extinto, bem como o Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Cultura e o Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Desenvolvimento Social, e assim, um novo programa chamado “Cultura” acaba sendo o que recebe e concentra a maior quantidade de recursos.

Exemplo da instrumentalização e aparelhamento da área é o fato de ter sido nomeado como presidente da Fundação Cultural Palmares, Sérgio Camargo, que defendeu publicamente o período escravocrata brasileiro, se posicionou contrário ao Dia da Consciência Negra e Zumbi dos Palmares, censurou livros biográficos de grandes personalidades negras como Carolina Maria de Jesus, Luiz Gama, Zumbi e Marighella. Foi, ainda, amplamente racista com religiões afro-brasileiras: “Não vai ter nada para terreiro enquanto eu estiver aqui dentro, zero, nada. Macumbeiro não vai ter um centavo”, disse (Alma Preta, 2022).



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

Sendo assim, sabemos ao certo qual a lógica que esses governos priorizaram, e a área cultural não estava nesse meio, em especial, aquela voltada para a memória afro brasileira. Segundo Neto (2021, p. 323) “na ausência de uma liderança nacional que advogue por um sistema de fomento mais diversificado e completo, aos poucos o status quo vai se estabelecendo e se reforçando”. Do governo de Michel Temer ao de Jair Bolsonaro, em decorrência da EC N. 95 e da falta de prestígio da cultura, há um estreito horizonte de possibilidades, além de um desfinanciamento, que acarreta numa redução drástica de recursos.

A crise da pandemia de Covid-19, ainda mostrou como a atuação do poder público deveria ser central. Os patrocínios da área da cultura caíram drasticamente em 2020 e não havia uma estrutura consolidada de fomento direto para atuar de forma contracíclica (Neto, 2021). Esse fato dá abertura a um outro problema relevante, que é a falta de um sistema nacional de fomento à cultura.

Assim, é preciso compreender que as políticas de financiamento à cultura não se constituem no vácuo. Neto (2021) diz que essas refletem também as desigualdades presentes na sociedade brasileira, no que diz respeito aos vieses de raça, gênero e classe social. Por isso as políticas de fomento devem almejar refletir e carregar consigo a riqueza e diversidade da nossa sociedade, e por outro lado contribuir para uma sociedade mais justa.

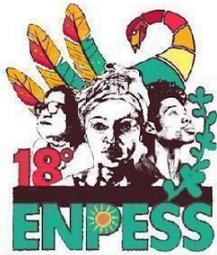
Acontece que na nossa sociedade não houve nenhuma política compensatória no pós-abolição. O alastramento de favelas e demais zonas segregadas se fizeram a partir do racismo<sup>6</sup>, mas o que estrategicamente também é visto, é o fenômeno de gentrificação, que por si só promove e amplifica uma segregação espacial e cultural. Infelizmente, esse é o retrato de uma sociedade que, como bem caracteriza Gonzalez (2020), trata essa população como coisa, e nunca deixou de tratar, e que ainda assume de forma contraditória, a exaltação da cultura em certos momentos e o desprezo em outros. Segundo Fernandes (1995, p.20):

[...] a sociedade brasileira largou o negro ao seu próprio destino, deitando sobre seus ombros a responsabilidade de reeducar-se e de transformar-se para corresponder aos novos padrões e ideais de homem, criados pelo advento do trabalho livre, do regime republicano e capitalista.

---

<sup>6</sup> O processo de formação das favelas espalha-se, especialmente, durante as décadas de 1880 a 1930 e, portanto, no período de modernização brasileira. Destacamos que essa é permeada por um viés ideológico racista, higienista e eugenista.

É neste contexto, inclusive, que se consolida as políticas de extermínio da população negra, essa que recentemente tinha sido libertada. Por isso arriscamos dizer que a formação das favelas é expressão do genocídio negro: são formadas a partir de políticas públicas (voltadas para a urbanização) que resultam na marginalização e na dificuldade de viver desta parcela populacional. Por outro lado, embora ainda em um ambiente de violação de direitos, criam-se estratégias de sobrevivência, ressignificando os territórios ocupados a partir de relações, lutas e vivências.



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

Assim, se dá o advento da violência em cima da população negra. De modo “normal” com que se constituem as relações políticas, econômicas, jurídicas e até familiares, não sendo uma patologia social e nem um desarranjo institucional. O racismo é estrutural (Almeida, 2018, p.38). Segundo Barbosa (2021, p.355):

Compreende-se que a violência está ligada à estrutura que organiza as relações sociais, sendo reproduzida no cotidiano dos diversos grupos, especialmente no da juventude negra, portanto, o racismo deve ser compreendido a partir de sua conexão direta com a violência.

O corte e o desfinanciamento de direitos e de políticas públicas, é também uma das expressões da violência, a exemplo da cultura. Na campanha da gestão (2017 - 2020) do Conselho Federal de Serviço Social e dos Conselhos Regionais de Serviço Social (Conjunto CFESS-CRESS)<sup>5</sup>, o debate foi sobre o combate ao racismo dentro do cotidiano profissional de assistentes sociais, ampliando a percepção sobre as diversas expressões do racismo.

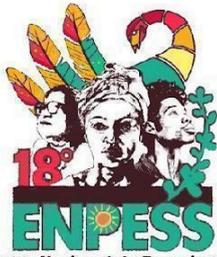
Como estratégia de campanha, a produção de cartazes foi um dos instrumentos de denúncia utilizados. Em um deles, trazia a frase: “Se cortam direitos, quem é preta e pobre sente primeiro. A gente enfrenta o racismo no cotidiano”. Isso evidencia que o desfinanciamento de políticas públicas atinge diretamente a classe trabalhadora brasileira, majoritariamente, preta e pobre. O corte de direitos acaba sendo mais uma ferramenta do Estado de coerção a um segmento majoritário da classe trabalhadora que historicamente enfrenta as estratégias devastadoras do capitalismo.

[...] na desigualdade existem os mais desiguais; e as desigualdades que afetam o negro o afetam em termos de classe, mas também de raça. Por isso, no meu trabalho Além da pobreza, saliento que, depois de vencer o limiar da pobreza, o negro tem outros problemas que os brancos não têm. A desigualdade racial é uma das desigualdades estruturais da sociedade brasileira (Fernandes, 1989, p.74).

Um excelente apontamento de Almeida (2014, p.133-134) expressa que:

Os estudos estatísticos têm constatado que há um fosso entre a população negra e a população branca, em termos de acesso e oportunidades. A ausência de negros nas profissões de prestígio, na política, em algumas expressões artísticas, na mídia etc., é resultado de uma longa história de exclusão, na qual o racismo e o sexismo atuam definindo para homens e mulheres negras lugares desprivilegiados na sociedade, quase intransponíveis.

Esta escrita nos leva aos pensamentos não apenas do não acesso à cultura, mas também à falta de representação, à falta de lugar em espaços culturais, nas expressões artísticas e na mídia. Nesta linha, é interessante pensar que a cultura brasileira é composta por elementos da amefricanidade. Nossa formação histórico-social nos mostra isso, e mesmo assim esta população está fora do que lhe é devido, e não podemos fechar os olhos. Gonzalez (2020,



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

p.78) expressa isso quando diz:

Quando se leem as declarações de um d. Avelar Brandão, arcebispo da Bahia, dizendo que a africanização da cultura brasileira é um modo de regressão, dá pra desconfiar. Porque, afinal de contas, o que tá feito tá feito. E o bispo dançou aí. Acordou tarde porque o Brasil já está e é africanizado.

Portanto, se trata da contraditoriedade da nossa sociedade. A população negra é base da nossa formação, é a maioria da classe trabalhadora desse país, sendo assim é quem

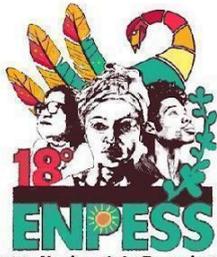
<sup>5</sup> Disponível em: <https://servicosocialcontraracismo.com.br>. Acesso em: 14 de jul. 2024.  
mais contribui para o fundo público, mas esse, por ser um instrumento não só econômico, mas político contribui para a continuidade das desigualdades sociais, econômicas, políticas e culturais. O que, como apresentado, afeta de modo acentuado a população negra.

### **Considerações finais**

“Onde não há acesso à cultura, a violência vira um espetáculo” (Autor desconhecido). É partindo desta frase que reafirmamos a cultura como um fenômeno social intrinsecamente ligado ao desenvolvimento humano e à complexidade da sociedade. A cultura acaba sendo uma arena de disputa política e social, onde a memória e a consciência desempenham papéis cruciais. Pensando especificamente a população negra, temos um campo de poder, exclusão e resistência, onde o orçamento público revela-se fundamental para compreender tais dinâmicas.

Este artigo se preocupou em explorar como a cultura pode ser um indicador social, focando nos impactos sobre a população negra. A metodologia adotada, que incluiu revisão bibliográfica, análise documental e sistematização de dados orçamentários, permitiu traçar um panorama detalhado das consequências da asfixia do campo cultural. A análise se deu no período de 2016 a 2022, evidenciando a influência das políticas ultraneoliberais de desmonte de políticas públicas, em específico da cultura, e de seu desfinanciamento.

A discussão teórica vinculando racismo, cultura e ultraliberalismo, revelou a interseção dessas esferas na perpetuação da violência e marginalização da população negra. O desfinanciamento da função cultura no Orçamento Geral da União, acompanhado pelo aumento da violência contra a população negra, destaca a urgência de políticas culturais inclusivas e eficazes. Estas, quando bem formuladas e implementadas, podem atuar como ferramenta de transformação social, promovendo não só a inclusão, mas também a valorização da diversidade



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

cultural e aumento da consciência política.

Afirmar a cultura como um direito é opor-se à política neoliberal, que abandona a garantia dos direitos, transformando-os em serviços vendidos e comprados no mercado e, portanto, em privilégios de classe (Chauí, 2008). Neste sentido, é imperativo que o orçamento público seja direcionado de maneira equitativa, garantindo que as políticas culturais atendam às necessidades e direitos da população negra, que constitui a maioria dos brasileiros. A luta por políticas culturais justas e inclusivas é, portanto, uma luta pela justiça social e pela democracia.

### Referências

ALMEIDA, M. S. Desumanização da população negra: genocídio como princípio tácito do capitalismo. **Em Pauta**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 34, 2015.

BRANDÃO, J. **Sistema prisional brasileiro e o permanente mercado das carnes mais baratas**. In: *mo referenciar: Como referenciar: FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. 18º Anuário Brasileiro de Segurança Pública*. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2024. Disponível em: < <https://publicacoes.forumseguranca.org.br/handle/123456789/253> >. Acesso em: 20 jul. 2024.

MATTOS, M. B. Governo Bolsonaro Neofascismo e Autocracia Burguesa no Brasil. **Relações Internacionais**, n.73, 2022.

BARBOSA, R. S.; SILVA, C. S.; SOUSA, A. P. Vozes que ecoam: racismo, violência e saúde da população negra. **Revista Katálysis**, v. 24, n. 2, p. 353-363, 2021.

BEHRING, E; CISLAGHI, J. F; SOUZA, G. **Ultraneoliberalismo e bolsonarismo: impactos sobre o orçamento público e a política social**. In: *Políticas sociais e ultraneoliberalismo*. Uberlândia: Navegando Publicações, 2020.

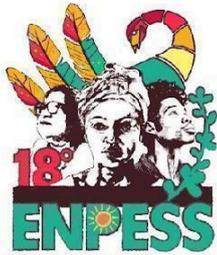
CERQUEIRA, D.; BUENO, S. (coord.). **Atlas da violência 2023**. Brasília: Ipea; FBSP, 2023.

CHAUÍ, Marilena. **Cultura e democracia**. *Crítica y Emancipación*, (1): 53-76, junio 2008.

CISLAGHI, J. F. **Financiamento e Privatização da Saúde no Brasil em tempos ultra neoliberais**. In: *Revista Humanidades e Inovação* v.8, n.35. n.35 (2021). Disponível em: <https://revista.unitins.br/index.php/humanidadesinovacao/article/view/5338>.

COMANDANTE da da Marinha volta a se opor à inclusão de João Cândido no Livro de Heróis da Pátria. **Carta Capital**, 29 abr, 2024. Política. Disponível em: < <https://www.cartacapital.com.br/politica/comandante-da-marinha-volta-a-se-opor-a-inclusao-de-joao-candido-no-livro-de-herois-da-patria/> >. Acesso em: 20 de jul. 2024. ]

DIAS, C. G. **A cultura que se planeja**: Políticas culturais, do Ministério da Cultura ao governo Bolsonaro. Mórula Editorial, 2021.



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

FÉLIX, P.; FERNANDES, T. **Política cultural**. In: Mais definições em trânsito. Salvador: Centro de Estudos Multidisciplinares em Cultura, 2007. Disponível em: <  
<https://cult.ufba.br/wordpress/publicacoes/outras-publicacoes/mais-definicoes-em-transito/>>.  
Acesso em: 19 jul. 2024.

FERNANDES, F. **A integração do negro na sociedade de classes**. São Paulo: Dominus; EDUSP, 1995.

FERREIRA, A. B. H. **Mini Aurélio: o dicionário da língua portuguesa**. 8. ed. Curitiba: Positivo, 2010. p.213.

GODOY, M. Comandante da Marinha conta por que é contra a inclusão de João Cândido entre os 'heróis da Pátria'. **Terra**, 24 abr. 2024. Nós. Disponível em: <  
<https://www.terra.com.br/nos/comandante-da-marinha-counta-por-que-e-contra-a-inclusao-de-joao-candido-entre-os-herois-da-patria.38cb974703569f58a6262015b397224bma54o3lr.html>>.  
Acesso em: 20 jul. 2024.

GONZALEZ, L. **Por um Feminismo Afro-Latino-Americano**: Ensaios, Intervenções e Diálogos. Rio de Janeiro: Zahar. 2020.

LUKÁCS, G. **Velha e Nova Cultura**. In: Revolución y Antiparlamentarismo. México: Cuardenos de Passado y Presente, 1978. Disponível em: <  
<https://www.marxists.org/portugues/lukacs/1920/mes/cultura.htm>>.

MEDEIROS, J.. Mario Frias admite publicamente censura ao filme “Marighella”. **Farofafá**, 25 out. 2021. Disponível em: <  
<https://farofafa.com.br/2021/10/25/mario-frias-admite-publicamente-censura-ao-filme-marighella/>>. Acesso em: 20 jul. 2024.

MOURA, C. **Rebeliões da senzala: quilombos, insurreições, guerrilhas**. 6. ed. São Paulo: Anita Garibaldi, 2020.

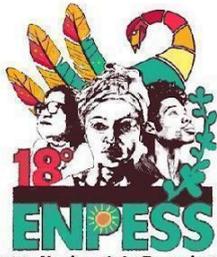
NASCIMENTO, A. **O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado**. 3. ed. São Paulo: Perspectivas, 2016.

NETO, C.P. **Políticas culturais, financiamento e asfixia da cultura**. Rubim A., Canelas A.A., Tavares M. **Cultura e política no Brasil atual**. São Paulo, Fundação Perseu Abramo, 2021, pp. 303–328.

PRESIDENTE Lula assina lei que cria o Sistema Nacional de Cultura. **Instituto Lula**, 08 abr. 2024. Notícias. Disponível em: <  
<https://institutolula.org/noticias/noticias/presidente-lula-assina-lei-que-cria-o-sistema-nacional-de-cultura>>. Acesso em: 20 jul. 2024.

RODRIGUES, M; MACIEL, T. M; MENDONÇA, T. A guerra para dentro: pacificação como doutrina e prática das Forças Armadas do Brasil. *Rev. Bras. Est. Def.* v. 8, n. 2, jul./dez. 2021, p. 99-125. Disponível em: <  
<https://rbed.abedef.org/rbed/article/view/75263/42158>>. Acesso em: 20 jul. 2024.

SÉRGIO Camargo fora da Palmares: relembre polêmicas e ataques ao movimento negro. **Alma Preta Jornalismo**, 31 mar. 2022. Política. Disponível em:



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

<<https://almapreta.com.br/sessao/politica/sergio-camargo-fora-da-palmares-relembre-polemicas-e-ataques-aos-movimentos-negros/>>.

SILVA, A. P. P. **Racismo estrutural, crise do capital e ofensiva conservadora: desafios à consolidação da igualdade racial nas políticas sociais.** Anais do 16o Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social, v. 1, n. 1, 2019. Disponível em: <<https://periodicos.ufes.br/abepss/article/view/22110>>. Acesso em: 29 de jan. de 2023.

SILVA, M. F. A. Cultura e arte na perspectiva da ontologia marxiano-lukacsiana. Verinotio - Revista On-line de Educação e Ciências Humanas, nº 6, ano III, maio de 2007.

GAWRYSZEWSKI, B. **Cultura e segurança pública: um debate sobre a ordem social.** Vertentes, São João Del-Rei, v. 33, p. 163-172, 2009.

WACQUANT, L. **Punir os pobres: a nova gestão da miséria nos Estados Unidos.** Rio de Janeiro: Instituto Carioca de Criminologia, 2001